

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. No Brasil, a questão do preparo de professores emerge, de forma explícita, após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. A partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, pode-se distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil: a) Ensaaios intermitentes de formação de professores (1827-1890); b) Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932); c) Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939); d) Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971); e) Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996); f) Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006). Com o fim do regime militar, a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a homologação das novas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, a formação dos professores tem como característica
- (A) o desaparecimento das Escolas Normais, substituídas pela Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). A Habilitação Específica do Magistério está, então, organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau.
 - (B) a reimplantação do Curso Normal, com a duração de três anos, correspondendo ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo é formar os professores do ensino primário, e funciona em Escolas Normais e nos Institutos de Educação que necessariamente passam a contar com Jardim de Infância e Escola Primária anexos.
 - (C) a expansão por todo o País do padrão da Escola Normal. A determinação legal está marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores; e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica é a criação da Escola-Modelo anexa à Escola Normal. As determinações legais assumem o entendimento de que sem assegurar – de forma deliberada e sistemática por meio da organização curricular – a preparação pedagógico-didática, não se está, em sentido próprio, formando professores.
 - (D) a compreensão da docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.
2. Em um programa de entrevista na televisão, o indigenista Orlando Villas Boas contou um fato observado por ele em uma aldeia Xavante, que retrata bem a característica educacional entre os índios. Orlando observava uma mulher que fazia alguns potes de barro. Assim que a mulher terminava um pote, o filho dela, que estava ao lado, pegava o pote pronto e o jogava ao chão, quebrando o objeto. Imediatamente, ela começa a fazer outro e, novamente, depois de pronto, o filho repetia o mesmo ato de jogar o pote no chão. Esta cena se repetiu por sete vezes até que Orlando não se conteve, aproximou-se da mulher Xavante e perguntou por que ela deixava o menino quebrar o trabalho que ela havia acabado de terminar. No que a mulher índia respondeu: "Porque ele quer.". Diante deste contexto e sob a ótica da História da Educação Brasileira, pode-se afirmar que quando os jesuítas chegaram no atual Brasil,
- (A) trouxeram a moral, os costumes e a religiosidade europeia. O modelo educacional dos jesuítas sofreu uma ruptura com a chegada da Família Real. Desde a vinda dos jesuítas, a educação no Brasil foi privilégio da uma elite dominante e sempre esteve voltada à estratificação e à dominação social; até hoje a maioria não precisa aprender, basta frequentar os bancos escolares e entender a rotina. O *Ratio Studiorum* é um plano de estudos introduzido no Brasil Colonial pelos jesuítas, no qual as

instruções eram direcionadas aos mestres e alunos com extrema disciplina e rigor em aplicações das normas. Tal metodologia estava em consonância com a metodologia da educação praticada pelos índios.

- (B) interromperam com a educação indígena e edificaram escolas regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o Ratio Studiorum que estabelecia que a escola deveria servir aos interesses do Estado. A instrução jesuíta renovou os métodos e o processo de ensino, tendo por objetivo servir aos interesses civis e políticos do Império Luso. O Ratio Studiorum é o método pedagógico adotado pelos jesuítas, instituído no Brasil Colonial, e até hoje sua estrutura sobrevive ainda que um pouco modificada.
- (C) desmantelaram a educação indígena e instituíram o conhecido Método Lancaster, ou do "ensino mútuo", no qual um aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas no período colonial, que é a de manter o *status quo* para aqueles que frequentam os bancos escolares.
- (D) não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. A educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu. Esse método funcionou absoluto de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a História da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Eles ensinavam a ler, a escrever, a compreender a bíblia e adotar o Português como língua, pois as escolas foram criadas com o intuito de domar os indígenas aos moldes europeus.

Leia os trechos abaixo para responder à questão 3.

A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente.

Soren Kierkegaard.

O Projeto Político-Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

José Luís Salmaso e Raquel Maria Bortone.
Adaptado.

3. Projeto significa intenção de realização futura; lançar algo para adiante, ou seja, aquilo que ainda não é, mas pode vir a ser. Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico é fruto

- (A) da atuação concreta dos educadores no cotidiano do trabalho pedagógico, envolvendo todas as ações e situações, a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos. É um documento elaborado pelo(s) docente(s), contendo a(s) sua(s) proposta(s) de trabalho, em uma área e/ou disciplina específica. Deve ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente. Os professores são articuladores dos projetos.

- (B) da interação entre os objetivos e as prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelecem, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É um trabalho que exige um processo de reflexão e comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo. Trata-se da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia, fundamentada nas considerações legais de todo o sistema de ensino e na perspectiva da sociedade. Os diretores são articuladores dos projetos.
 - (C) de princípios autocráticos e compreende questões relativas à organização e funcionamento da escola como um sistema social, currículo, conteúdo, planejamento e avaliação. É uma forma de se explicitar os principais problemas de cada escola, propor soluções e definir responsabilidades coletivas e individuais na superação desses problemas, sem seguir fórmulas prontas advindas das ciências de projetos. A comunidade escolar é articuladora dos projetos educacionais das unidades.
 - (D) da conquista da soberania e autonomia da escola para estabelecer seus objetivos, suas metas, seus procedimentos e seu plano de ação. Trata-se de um trabalho marcado pela liberdade de pensar e agir, transgressor dos limites das considerações legais, pois não compete à escola, nesse movimento, cumprir ordens e normas a ela impostas por órgãos centrais da educação. A comunidade educativa do entorno é a articuladora dos projetos pedagógicos.
4. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o Projeto Político-Pedagógico, nomeado na LDBEN, como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias. Reconhecendo o Currículo como coração que faz pulsar o trabalho pedagógico na sua multidimensionalidade e dinamicidade, o projeto político-pedagógico **não** tem como item de sua construção
- (A) o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizado no espaço e no tempo.
 - (B) a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar e a explicitação das bases que norteiam a organização do trabalho pedagógico, tendo como foco os fundamentos da gestão democrática compartilhada e participativa (órgãos colegiados, de representação estudantil e dos pais).
 - (C) a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que nela se refletem.
 - (D) o calendário escolar, os horários de funcionamento, de trabalho e os planos de trabalho de cada membro da equipe gestora, de cada docente por ano/ ciclo/ termo de cada membro do quadro de apoio, de acordo com as competências estabelecidas pelo Regimento Escolar, além da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Conselho de Escola, tendo foco na execução, no acompanhamento e na avaliação do trabalho desenvolvido.

Leia o texto abaixo para responder à questão 5.

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando à transformá-la. O interesse primordial dessa abordagem é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, libertando o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação. A avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências em termos de torná-las

autodeterminantes. Assim, acredita-se, que este processo é capaz de permitir ao homem, por meio da consciência crítica, imprimir direção a suas ações nos contextos em que se situa.

Ana Maria Saul.

Adaptado.

5. A Secretaria Municipal de Educação, com objetivo de contribuir com a melhoria do ensino público municipal, na perspectiva crítico-transformadora da realidade, implementou, por meio de suas instâncias regionais, um processo de autoavaliação das unidades educacionais. Para tal, em reunião com os gestores, elegeram dois eixos: gestão do processo de ensino e aprendizagem e gestão de recursos. Para cada eixo, definiram indicadores de qualidade entorno do planejamento e do acompanhamento. Adotou também procedimentos como entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental. Neste processo, a Supervisão Educacional, em reunião preliminar, deve
- (A) enfatizar os aspectos técnicos, capacitando os gestores para a realização da tarefa. Explicitar a marca individualista e cientificista do processo, estabelecendo procedimentos centrados na apreciação de diferenças individuais e nos efeitos, aferidos com rigor e precisão. Levantar os princípios metodológicos: compromisso, dogmatismo, visão sistêmica, *feedback* quantitativo, reflexão e ações anacrônicas.
 - (B) apresentar com objetividade o fluxo do processo, esclarecendo que os resultados da avaliação serão tabulados na instância regional e encaminhados para a central, sem a intenção de indicar intervenções ou ações de transformação educacional em nível local. Esclarecer que, como já é conhecimento de todos, as avaliações institucionais têm um papel eminentemente burocrático e orienta as decisões dos órgãos centrais.
 - (C) explicar para os gestores que a avaliação no bojo da ação educacional se expressa como uma dimensão de prática social que influencia e é influenciada pelos contornos que a cercam, o que exige objetividade, neutralidade, competência e decisões técnicas e a capacidade de evitar questões teóricas e políticas.
 - (D) propor o desenvolvimento do processo com base nos seguintes princípios: decisão democrática, envolvimento partilhado das tomadas de decisão; transformação, alterações substanciais geradas coletivamente; crítica educativa, análise valorativa na perspectiva de cada uma dos participantes. Explicar que a proposta concretiza-se por meio de três momentos: a) expressão e descrição da realidade; b) crítica do material exposto; c) criação coletiva.

Leia os trechos abaixo para responder à questão 6.

A busca pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil nos conduz a uma reflexão sobre a função da Avaliação Institucional, aliada à construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola, como uma saída possível.

Wania Cristina Tedeschi Rampazzo

Adaptado - Avaliação Institucional na Educação Infantil: um campo de possibilidades.

A Avaliação Institucional serve para aperfeiçoar constantemente os Projetos Pedagógicos e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Reinhold.

6. Diante destes contextos e sob a ótica da Gestão Escolar Democrática, a Avaliação Institucional

- (A) é temida porque tem um caráter punitivo, depreciador e não valoriza as potencialidades de cada indivíduo. Ela parte de uma análise de indicadores que são construídos e definidos pelo sistema, em cima dos quais se atribuem notas. É uma inferência dos órgãos centrais, que vai na “contramão” da autonomia da escola.
- (B) é um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade visando à ratificá-la ou retificá-la. É um processo que possibilita o levantamento das demandas, isto é, de tudo aquilo que o grupo identifica como sendo um problema que afeta a todos. Entre os desafios educacionais que exigem tratamento institucional, é comum aparecerem problemas relativos aos trabalhos em grupo dos alunos, ao conselho de classe, à alimentação, à indisciplina, ao *bullying*, ao uso da internet, à comunicação com os pais e ao sistema de avaliação.
- (C) não deve ser confundida com a Avaliação Educacional, que trata especificamente da aprendizagem, currículo e desempenho escolar, pois a Avaliação Institucional é mais ampla e abrangente, refere-se ou trata de políticas, das instituições, planos, programas e projetos, assim como das estratégias ou mecanismos utilizados para sua implementação nas unidades.
- (D) é a análise dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil/ MEC e de outros, pela própria instituição. Cada escola de Educação Infantil deve reunir a direção, os professores, as famílias e as entidades locais e discutir os elementos fundamentais que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua própria qualidade. A partir dessa conversa, e utilizando o documento, as instituições poderão mapear quais são os principais problemas e propor um plano de ação. Esta avaliação não é de uso exclusivo da escola, e a informação produzida por meio dela será divulgada publicamente, utilizada em *rankings* ou comparações entre instituições de ensino, para orientar a distribuição de verbas e a bonificação salarial.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 7.

Quando falamos de avaliação, não estamos a falar de um fato pontual ou de um ato singular, mas de um conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases ordena-se sequencialmente e atua integradamente. Por sua vez, a avaliação não é algo separado do processo de ensino-aprendizagem, não é um apêndice independente do referido processo e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo.

Zabalza.

7. Em relação à avaliação do processo de ensino e aprendizagem proposta pelo texto, é correto afirmar que

- (A) a avaliação escolar é a avaliação do rendimento dos alunos como algo que recai exclusivamente sobre eles. A avaliação tem caráter descritivo, interpretativo e tem a tarefa de realizar juízos de valor. O ensino deve ser visto também como arte, e o professor, como um artista.
- (B) a avaliação deve fundamentalmente fornecer informações para quem tem de tomar decisões no que diz respeito ao ensino. A questão central é a busca da qualidade da informação, que precisa ser clara, oportuna, exata e válida. O objetivo é o aperfeiçoamento do ensino.
- (C) a avaliação deve considerar dois aspectos: a análise do processo de ensino visando intervir para seu aperfeiçoamento – avaliação formativa; a análise dos resultados, tanto os previstos nos objetivos como os imprevistos – avaliação somativa. Dessa forma, o avaliador não deve se fixar apenas nos resultados previstos.
- (D) a avaliação deve ser holística – analisando os diversos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem –, e contribuir para a análise da própria avaliação, meta-avaliação. É fundamental que a avaliação assuma uma vertente crítica e reflexiva da própria ação, a fim de analisar e melhorar essa mesma ação.
8. A realidade social é dinâmica e está constantemente em mudança; o indivíduo é o agente ativo que constrói e dá sentido à realidade; o programa educativo não é um produto considerado à margem do contexto e dos sujeitos que o desenvolvem. Desta forma, na avaliação do processo de ensino e aprendizagem,
- (A) somente o aluno, os resultados e os conhecimentos são avaliados. Há a informação sobre a compreensão dos conteúdos, objeto da avaliação, possibilitando a classificação dos alunos.
- (B) avaliam-se os resultados pretendidos, as pessoas, não necessariamente de forma contextualizada. Fornece um *feedback* sobre o processo de ensino e aprendizagem.
- (C) há necessidade de garantir o diálogo crítico dos alunos sobre as dificuldades que vivenciam no processo e considerar tanto os aspectos intelectuais como os afetivos, sociais e éticos. Fornece um *feedback* sobre o processo de ensino e aprendizagem.
- (D) não há espaço para a proposição de melhoria do processo, e sim da aprendizagem do aluno; não há previsão de uma autoavaliação discente. O objetivo é verificar e quantificar a aprendizagem. Fornece um *feedback* sobre a aprendizagem de cada aluno.

Leia o texto abaixo para responder à questão 9.

Considerando, então, que o cérebro se desenvolve do diálogo entre a biologia da espécie e a cultura, temos que, na escola, o currículo é um fator que interfere no desenvolvimento da pessoa. Os “conteúdos” escolhidos para o currículo irão, sem dúvida, ter um papel importante na formação. As atividades para conduzir as aprendizagens precisam estar adequadas às estratégias de desenvolvimento próprias de cada idade. Em outras palavras, a realização do currículo precisa mobilizar algumas funções centrais do desenvolvimento humano, como a função simbólica, a percepção, a memória, a atenção e a imaginação.

Elvira Souza Lima
Indagações sobre o currículo, MEC.

9. A partir da ação e interação com o mundo (a natureza, as pessoas, os objetos) e das práticas culturais, a criança constitui o que se chama de função simbólica, ou seja, a possibilidade de representar, mentalmente, por símbolos, o que ela experiencia, sensivelmente, no real. O desenvolvimento da função simbólica no ser humano é de extrema importância, uma vez que é por meio do exercício desta função que o ser humano pode
- (A) desenvolver a percepção e a memória. A percepção é realizada pelos cinco sentidos externos. O ser humano desenvolve estes sentidos desde que não haja impedimentos nos órgãos dos sentidos ou nas estruturas cerebrais. Os sentidos funcionam com interdependência, o que tem uma relevância fundamental para os professores, pois o ensino deve mobilizar várias dimensões da percepção para que o aluno possa “guardar” conteúdos na memória de longa duração.
 - (B) arquivar, evocar e esquecer. Ela é modulada pela emoção, isto quer dizer que os estados emocionais podem interferir no comportamento. Em sala de aula, não é somente o conteúdo que motiva, mas, sobretudo, como o professor trabalha com este, seja ele da escrita, artes ou ciências.
 - (C) unir elementos percebidos e experiências em novas redes de conexão. O funcionamento dessa função e seu desenvolvimento, embora relacionados às outras funções psicológicas superiores, têm uma grande autonomia e se manifestam tanto na ação como no ato de aprender.
 - (D) construir significados e acumular conhecimentos. É a atividade mais básica das ações que acontecem na escola, tanto do educador como do educando. Quando os elementos do currículo não mobilizam adequadamente o exercício desta função, a aprendizagem não se concretiza.
10. Em um processo educativo dialético, todos aprendem e todos ensinam, numa construção coletiva do conhecimento. A responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre os especialistas, gestores, professores, estudantes, educadores não docentes e pais. Na análise das planilhas com os resultados da avaliação, a supervisão escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/ menções dos estudantes, o “processo” no qual se deu a aprendizagem. Esse processo é revelado
- (A) nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. A ação de acompanhamento do processo ensino-aprendizagem que ocorre na escola exige estabelecer os mecanismos adequados de observação e intervenção e, no que tange à avaliação, é importante analisar os resultados das avaliações externas, explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola e assessorar na elaboração de um plano de ação.
 - (B) pelas políticas públicas, sobretudo, pela classificação da escola com base em índice, como o IDEB. O IDEB foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil.
 - (C) também pelo espaço-tempo doméstico, as relações familiares nomeadamente entre cônjuges, entre pais e filhos. As articulações sociais do espaço-tempo domésticas com o espaço-tempo escolares são complexas. Há uma relação muito forte entre os resultados da aprendizagem e as condições familiares. Alunos advindos de famílias estruturadas apresentam bom desempenho escolar.
 - (D) pelas condições de trabalho dos docentes que geralmente desenvolvem a atividade docente sem nenhum amparo. Os supervisores podem realizar a mediação entre o caos e o desejável, ir além da problematização no âmbito da Diretoria, pressionando os órgãos centrais por uma política de valorização do magistério.

Leia os trechos abaixo para responder à questão 11.

Uma porta de entrada para repensar e reorientar os currículos pode ser as novas sensibilidades para as identidades docentes, as mudanças em nossa consciência profissional de trabalhadores em educação. Mudanças em nosso Ofício de Mestres.

Os educandos, sujeitos também centrais na ação educativa, são condicionados pelos conhecimentos a serem aprendidos e, sobretudo, pelas lógicas e tempos predefinidos em que terão de aprendê-los.

Arroyo G. Migue.

11. O currículo é o polo estruturante do trabalho dos educadores e afeta a organização do trabalho dos educandos. A organização de trabalho dos educadores é condicionada pela organização escolar que, por sua vez, é inseparável da organização curricular. Uma porta de entrada para repensar e reinventar os currículos é

- (A) a reorganização curricular com base no trabalho mais coletivo dos(as) educadores(as), no planejamento por coletivos de área ou por coletivos de ciclo, revendo os conteúdos de docência e de ação educativa. Também nos coletivos docentes passar a investigar os currículos a partir dos educandos, pois não há como ignorá-los. Tornam-se, assim, produtores coletivos do currículo.
- (B) a integração com as famílias. Os educandos e as famílias obrigam a manter o nosso sistema educacional, a estrutura das escolas de forma rígida, disciplinada, normatizada, segmentada, em níveis, séries, estamentos e hierarquias. O trabalho docente reproduz essas estruturas, hierarquias, níveis, prestígios, carreiras e até salários, hierarquizados. As sociedades, por meio das famílias dos educandos, produzem os currículos escolar, que condicionam a vida profissional dos educadores e a escolaridade dos estudantes.
- (C) a concordância com os currículos existentes nas escolas que, organizados pelos órgãos do sistema, inspirados no referente político da garantia do direito de todos ao conhecimento, à cultura, permitem a humanização do trabalho dos profissionais das escolas; hierarquizam os docentes.
- (D) olhar os alunos, pois o ordenamento curricular representa uma determinada visão do conhecimento e uma determinada visão dos alunos. O currículo deve partir de protótipos de alunos e estrutura-se em função desses protótipos, reproduzindo e legitimando-os. O ordenamento curricular termina reproduzindo e legitimando a visão que, como docentes ou gestores, os profissionais têm educandos, das categorias e das hierarquias em que os classificam.

Leia os trechos abaixo para responder à questão 12.

Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo.

Antonio Flavio Barbosa Moreira.

Entendendo o currículo como escolhas que se fazem em vasto leque de possibilidades, ou seja, como uma seleção da cultura, podemos concebê-lo, também, como conjunto de práticas que produzem significados.

Currículo, Conhecimento e Cultura, MEC.
Adaptado.

12. A cultura refere-se a significados compartilhados e concebe-se como prática social, não como coisa (artes) ou estado de ser (civilização). Desta forma, é correto afirmar que currículo é
- (A) um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Desde os seus primórdios, currículo envolve uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar.
 - (B) um documento obrigatório da escola que explicita e registra qual objetivo educacional deve a escola procurar atingir; que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos; como organizar eficientemente essas experiências educacionais; como ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados.
 - (C) um documento que apresenta os objetivos educacionais; os conteúdos, o conjunto de formas culturais e de saberes selecionados para integrar as diferentes áreas curriculares em função dos objetivos gerais da área; os critérios de avaliação e orientações didáticas. Tal conceito está de acordo com modelo curricular sobre o qual se assentam os PCN.
 - (D) um território onde se travam ferozes competições em torno dos significados. O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. Currículo refere-se, portanto, à criação, recriação, contestação e transgressão.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 13.

A partir da compreensão das quatro características das palavras temporalidade, subjetividade, historicidade e dialogicidade, pode-se chegar à conclusão de que não existe obra acabada. Tudo é obra aberta.

Ivani Fazenda.

13. Paulo Freire constrói sua Teoria Pedagógica a partir de uma teoria do falar, ou seja, a partir das relações palavra-mundo, palavra-encontro, palavra-ação, palavra-valor. A educação, sob esta ótica, é
- (A) o estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para outros em algum tempo futuro. Sempre há possibilidade de controlar e moldar o comportamento humano, daí a importância do proselitismo político. O importante é o processo de aprendizado entendido como um agente de mudança do comportamento. Defesa da ideia do planejamento da educação, com base em uma ciência do comportamento humano, como possibilidade de evolução da cultura.
 - (B) uma ação cultural para a liberdade, ou seja, é um ato de conhecimento no qual o aluno assume o papel de sujeito do conhecimento, através do diálogo com o educador. Paulo Freire em toda sua obra insiste na dialética do conhecimento, que é a própria práxis: reflexão-ação, reflexão sobre a ação e nova ação.
 - (C) o conhecimento escolar, cuja aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser adquiridos por todos os estudantes do País. Defesa da ideia do ensino ativo e efetivo, com professores comprometidos, que conheçam bem, escolham, organizem e trabalhem os conhecimentos que os alunos já têm e com capacidade de

permanecer nos referentes presentes no mundo cotidiano deles. São indispensáveis conhecimentos escolares que facilitem ao aluno uma compreensão acurada da realidade em que está inserido.

- (D) prever e controlar o comportamento de todo e qualquer indivíduo. O importante é abandonar, ao menos provisoriamente, o estudo dos processos mentais, como pensamento ou sentimentos, mudando o foco para o comportamento observável, pois a pesquisa dos processos mentais é pouco produtiva, de modo que é conveniente concentrar-se no que é observável: o comportamento.

Leia o texto abaixo para responder à questão 14.

Os estudantes aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores. Além disso, o papel da escola deve ser o de incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura. A avaliação deve ser vista como promotora desses princípios. A avaliação é uma das atividades que ocorrem dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam a própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras.

Luis Carlos de Freitas e Fernandes Claudia de Oliveira
Adaptado. Currículo e avaliação, MEC.

14. De acordo com o texto, avaliação das aprendizagens

- (A) é sinônimo de medida, de atribuição de um valor em forma de nota ou conceito. É o momento de obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. A escola é um local instituído para que as crianças e os jovens aprendam um determinado e específico conteúdo, já que não se aprende sem avaliar o já apreendido.
- (B) é o processo que envolve realizar provas e testes, atribuir notas ou conceitos. Compete aos professores classificar as aprendizagens em certas ou erradas e separar aqueles estudantes que aprenderam os conteúdos programados para a série em que se encontram daqueles que não aprenderam. Avaliação é classificação e seleção sendo um fator saudável de inclusão escolar, pois a promoção automática causa exclusão futura.
- (C) tem por finalidade planejar o futuro. Seu papel deve ser o de auxiliar professores e estudantes a compreenderem de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender. Essa perspectiva exige uma prática avaliativa que não deve ser concebida como algo distinto do processo de aprendizagem. É necessário avaliar como condição para a mudança de prática e para o redimensionamento do processo de ensino/ aprendizagem.
- (D) tem por finalidade planejar o futuro do estudante. Seu papel deve ser o de auxiliar os estudantes a compreender de forma mais organizada seus processos de aprender e informá-los sobre o que já sabem e o que precisam aprender ainda, possibilitando a tomada de decisões sobre o futuro deles, inclusive pela família. A avaliação das aprendizagens tem como foco o estudante, e não o professor e

o ensino. Avaliação é a medição de competências e habilidades que um estudante exhibe ao final de um determinado período ou processo de aprendizagem.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 15.

A educação é projeto e, mais do que isto, encontro de projetos; encontro muitas vezes difícil, conflitante, angustiante mesmo; todavia, altamente provocativo, desafiador e, porque não dizer, prazeroso, realizador.

Celso Vasconcellos.

15. A Proposta Político Pedagógico (PPP) é o plano global da escola, um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade sua construção, e deverá permitir
- (A) a construção de um documento que registra os fazeres escolares para ser analisado, homologado e acompanhado pela supervisão educacional de acordo com os preceitos legais.
 - (B) a comunicação vertical dos trabalhadores da educação para a reflexão sobre as políticas pública educacional e as diretrizes, particularmente as curriculares que emanam dos órgãos centrais.
 - (C) o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa práxis libertadora.
 - (D) a articulação do ensino com o conhecimento considerado como produto externo ao indivíduo e a ele imposto, a descrição da metodologia de como levar os alunos a uma essência imutável, desconstruindo o movimento das suas existências concretas.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 16.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Veiga.

16. Para a efetivação dos objetivos educacionais, faz-se indispensável que cada instituição construa um documento com a função de planejamento global de sua ação educativa. Nos meios educacionais, o referido documento é conhecido como Projeto Educativo ou Proposta Político-Pedagógica (PPP). A inovação emancipatória procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque humano. O Projeto Político-Pedagógico, carregando o caráter de projeto de sua origem etimológica latina (projectu), na perspectiva emancipatória, cumpre a função
- (A) de dar um rumo, uma direção à instituição. O projeto de escola é sempre uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Com a participação da comunidade educativa, define as ações formativas e as características necessárias à escola para cumprir seus propósitos e sua intencionalidade, integrando o processo com o produto.

- (B) legal e atende aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual. Compete à Supervisão Educacional orientar as escolas no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, distribuindo um roteiro, pois trata de um documento obrigatório.
- (C) de organizar anualmente a unidade escolar, numa visão sistêmica. O Projeto Político-Pedagógico envolve um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Diante da impossibilidade de construir consenso, devido à diversidade de interesses e atores presentes, compete à gestão minimizar o processo de produção coletiva.
- (D) de ordenar e quantificar dados e fenômenos do processo escolar. Parte do pressuposto que os fins já estão dados e definidos e que a inovação e ação da escola incide sobre os meios. A participação é formal, legitimadora de um controle burocrático, imposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 17.

O conhecimento dos processos de aprendizagem incide cada vez mais em seu caráter singular e pessoal, de maneira que o problema de ensinar não se situa basicamente nos conteúdos, mas em como se aprende e, conseqüentemente, em como se deve ensinar para que essas aprendizagens sejam produtivas.

Antoni Zabala.

17. O objetivo educacional é a formação integral para a autonomia, equilíbrio pessoal, relações interpessoais. Sobre os conteúdos da aprendizagem, os significados são ampliados para além da questão do que ensinar, encontrando sentido na indagação sobre por que ensinar. Deste modo, acabam por envolver os objetivos educacionais, definindo suas ações no âmbito concreto do ambiente de aula. Estes conteúdos assumem o papel de envolver todas as dimensões da pessoa, caracterizando as seguintes tipologias de aprendizagem: factual e conceitual - o que se deve aprender -; procedimental - o que se deve fazer -; e atitudinal - como se deve ser. No que diz respeito ao conhecimento dos processos de aprendizagem, faz-se necessário dar atenção
- (A) à homogeneidade. Prática educativa pode ser definida como um “fazer ordenado”, o que exige um método na ação humana, ou seja, uma ação eficaz que exige um momento de planejamento, um momento de interação, um momento de avaliação e, finalmente, a avaliação com base nos resultados, no produto.
 - (B) à diversidade, que deve fazer parte do trabalho do professor, pois alunos e alunas são diferentes em muitos aspectos (físico, emocional, cognitivo etc.). Nem tudo se aprende do mesmo modo, no mesmo tempo, nem com o mesmo trabalho, e parte do pressuposto que o indivíduo, como sujeito ativo, participa da construção do conhecimento. O professor precisa diversificar as estratégias, propor desafios, comparar, dirigir e estar atento à diversidade dos alunos, o que significa estabelecer uma interação direta com eles. Há necessidade de planejamento e plasticidade na aplicação.
 - (C) à padronização socializadora. A busca de um padrão de qualidade para todos conduz os professores a privilegiar a “aula magistral”, valorizando o conteúdo humanístico e da cultura geral. O ensino se pauta pelas aulas expositivas, demonstrações e sistematização da matéria de forma sequencial, lógica, ordenada, desvinculada das outras disciplinas do corpo do curso e da realidade. O professor tem um papel central no processo de ensino e representa um modelo a ser seguido pelos estudantes.
 - (D) à uniformidade. A aprendizagem consiste na retenção de informações e demonstrações transmitidas, que serão gravadas nas mentes individuais mediante a repetição sistemática de exercícios, visando à formação de hábitos aplicáveis às situações semelhantes. A aprendizagem é receptiva. O professor é o único responsável pela transmissão das informações, como verdades prontas, acabadas, ou seja, saberes fechados.

18. O trabalho de formação continuada necessário é complexo e deve ser articulado e graduado, possibilitando a elevação do senso comum. A reflexão deve se desenvolver não de modo abstrato, e sim concreto, sobre a base do real e da experiência efetiva. As práticas curriculares tornam-se mais complexas, na medida em que se observam os destaques dados às experiências vividas, à experiência da aprendizagem. Desta forma, adotando-se esta metodologia, em um horário de trabalho coletivo, pede-se aos professores que relatem, pelo trabalho da memória, a trajetória profissional e que tomem consciência disso, com o objetivo de

- (A) refletir sobre como se transformaram nos professores que são hoje. Os autores dos memoriais assumem atitude protagonista, produzem obras memorialistas, que se esclarecem mais por suas escolhas do que pelas matérias de que são construídos. Expõem práticas, que pela lógica hegemônica, são inimagináveis e inexistentes e obrigam a enxergar as condições de tessitura de conhecimentos e significações nas redes cotidianas, e a criar modos de ser, fazer e pensar diferentes dos existentes.
- (B) constituir-se como uma pessoa autônoma, capaz de tomar decisões para não ser “coisificado” pelas instituições burocráticas. Os autores dos memoriais assumem atitude pragmática em relação à estrutura e ao funcionamento da instituição escola, e assim produzem obras memorialistas, que esclarecem como fazer escolhas de acordo com o instituído. A ação didática é uma simples execução de uma regra, a obediência a uma regra.
- (C) desenvolver a consciência profissional. Os autores dos memoriais desconstroem o politeísmo aparente das práticas didáticas e dão visibilidade a um monoteísmo de práticas vivenciadas, dominadas, mas não apagadas.
- (D) racionalizar a própria prática, controlando as emoções, que são criadas, combinando possibilidades e fazendo surgir a prática desejada pela instituição, em trajetórias que podem ser previamente determinadas, embora sempre diferentes e diversificadas . As ações docentes são exclusivamente racionais, no sentido de planejadas e planificadas.

19. Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

- (A) ao pleno desenvolvimento da pessoa, excetuando todos que padecem de moléstias contagiosas; seu preparo para o exercício de uma cidadania tutelada e seu treinamento para o trabalho. O texto constitucional reconhece o direito à diferença de etnia, de idade, de sexo exclusão de situações peculiares de deficiência e/ou doenças infecto-contagiosas.
- (B) a formar as individualidades, desenvolver nos educandos a capacidade de iniciativa e decisão e todos os atributos da vontade, uma das exigências da sociedade globalizada da era da informação. O texto constitucional reconhece o direito à diferença de etnia, de idade, de sexo e não reconhece o direito às diferenças no caso de déficit cognitivo.
- (C) a desenvolver o raciocínio e as atividades de expressão das pessoas, sua integração no meio físico e social e seu desenvolvimento profissional. O texto constitucional reconhece o direito à diferença de etnia, de idade, de sexo e situações peculiares de deficiência, desde que consigam se adaptar à estrutura e funcionamento da escola e se beneficiem dela.
- (D) ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base, entre outros, nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

20. Um novo paradigma do atendimento à infância está sendo construído em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais. Esse processo iniciou-se em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e no Brasil foi legalizado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A marca desse novo paradigma é que o atendimento da creche para crianças de zero a três anos é
- (A) uma consideração aos socialmente menos favorecidos.
 - (B) encarado como serviço essencial, dado o caráter assistencialista decorrente das exigências das crianças pequenas e bebês das camadas mais pobres da população.
 - (C) uma política de compensação, para contrabalançar as desigualdades sociais.
 - (D) um direito de todas as crianças à educação e a cuidados, independente de seu grupo social.
21. Uma supervisora educacional recebeu um expediente de recurso referente à negação de matrícula numa instituição de educação infantil no período noturno de uma criança de três anos de idade. Anexado ao documento, havia uma declaração de horário de trabalho dos pais, que compete ao período das 21h00 às 06h00, em um hospital municipal. Os pais apresentaram como fundamento legal um da Lei n.º 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), que prevê que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O parecer da Supervisão Escolar deve conter as considerações de
- (A) acolher o recurso e solicitar autorização para o funcionamento da instituição educacional no período noturno. No atual ordenamento jurídico, as creches ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter assistencial de proteção da infância em complementação àqueles do contexto doméstico. A Supervisão Educacional deve manifestar-se favorável ao solicitado pela família, pois compete à Secretaria da Educação orientar, financiar e supervisionar todas as ações que envolvem a política para a infância.
 - (B) retificar o despacho da diretora da unidade e determinar a matrícula e o decorrente funcionamento do estabelecimento no período noturno. O atual ordenamento legal garante o atendimento à demanda familiar no âmbito da secretaria de educação como parte da política de proteção à infância e está de acordo com a nova inserção da mulher no mercado de trabalho.
 - (C) ratificar a posição da diretora da unidade e negar a matrícula da criança no período noturno. No atual ordenamento jurídico, as creches ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos programas alternativos e da educação não formal. A solicitação da mãe, que é legítima, deve ser dirigida aos órgãos de assistência e de proteção social.
 - (D) acolher o recurso, por ser legítimo, mas negar provimento até a manifestação do setor jurídico. Em seu parecer, deve-se declarar não ser da alçada da Supervisão manifestar-se sobre tema tão complexo, além de solicitar o encaminhamento e a manifestação do setor jurídico da Secretaria Municipal.
22. Segundo a LDBEN, o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo. O direito público subjetivo configura-se como um instrumento jurídico de
- (A) ameaça ao poder público, quando esse tem uma atitude duvidosa na garantia dos direitos coletivos, deixando de fazer algo em benefício de uma comunidade.
 - (B) reconhecimento de um poder de exigência (pretensão) de uma coletividade em face dos Poderes Públicos, tendo como objeto a prestação devida. Como pressuposto para a aceitação deste poder

conferido à coletividade, está a ideia de que entre o Estado e seus membros existe uma relação jurídica e, conseqüentemente, os conflitos dela resultantes não podem ser resolvidos judicialmente.

- (C) garantia da vontade de uma comunidade para assegurar direitos sociais e coletivos, como o direito à educação fundamental.
- (D) controle da atuação do poder estatal, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve.

23. A indissociabilidade do cuidar e educar vem sendo implementada na educação infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica ampliam esse conceito e declara cuidar e educar

- (A) como o princípio balizar da Educação Infantil. No Ensino Fundamental, Médio e posteriores, o processo educativo comporta uma atitude parcial, fragmentada, recortada da ação humana, baseada na racionalidade estratégico-procedimental.
- (B) como ações destinadas a crianças a partir de zero ano, que devem ser estendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores, iniciando-se na Educação Infantil. Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana.
- (C) como o princípio orientador da organização curricular somente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta.
- (D) como princípio da orientação curricular da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem envolver os anos finais do ensino Fundamental. Em cada criança há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.

24. A relevante alteração na Constituição Federal, pela promulgação da Emenda Constitucional no 59/09, que, entre suas medidas, assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assegura o atendimento ao estudante

- (A) da educação infantil, primeira etapa da Educação básica, mediante programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A oportunidade de acesso, por si só, é destituída de condições suficientes para inserção no mundo do conhecimento.
- (B) em todas as etapas da Educação Básica, mediante programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (C) da Educação Infantil mediante programas suplementares de alimentação e assistência à saúde e, para os estudantes do Ensino Fundamental, mediante programas de material didático-escolar, transporte e alimentação. A oportunidade de acesso, por si só, e destituída de condições suficientes para inserção no mundo do conhecimento.
- (D) da Educação Infantil, em particular os das Creches, que engloba as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 anos e 11 meses, mediante programas suplementares de transporte, alimentação e assistência à saúde. A oportunidade de acesso passa, assim, a ser condição suficiente para inserção dos bebês e das crianças pequenas no mundo do conhecimento.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 25.

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos de todos que compõem a diversidade que e a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas.

Adaptado.

25. Diante dessa concepção de educação, é **incorreto** afirmar que a escola

- (A) tem, diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento.
- (B) é o lugar que desenvolve processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores. A educação é processo e prática que se concretiza nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam.
- (C) é uma instituição de ensino com a função predominantemente de transmissão de conteúdos e de formação social individual. O conhecimento humano possui um caráter cumulativo, que deve ser adquirido pelo indivíduo pela transmissão dos conhecimentos a ser realizada na instituição escolar. Ao sujeito que está adquirindo conhecimento compete memorizar definições, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal.
- (D) é uma organização temporal, que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado.

26. Em relação às medidas de proteção à criança e ao adolescente, previstas pelo ECA, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever primário dos pais e responsáveis garantir o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A intervenção estatal na ordem familiar só ocorrerá em caráter supletivo e/ou complementar. Na falha do mecanismo familiar, não é dever do Estado garantir os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes e, sim exigir que a esfera doméstica encontre alternativas.
- (B) O menor, de ambos os sexos, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção.
- (C) As crianças carentes eram entregues aos cuidados das Igrejas, por meio de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia. Estas instituições atuavam por meio do sistema da Roda, com o objetivo de amparar as crianças abandonadas e de recolher donativos. A legislação proibiu esse sistema e passou a exigir que os bebês fossem entregues diretamente a pessoas destas entidades e que o anonimato dos pais fosse garantido. O registro da criança é outra obrigatoriedade deste novo procedimento.

- (D) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os seus direitos, reconhecidos pelo Estatuto, forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou mesmo em razão de sua própria conduta.
27. Uma supervisora educacional, em visita de supervisão, foi informada pela direção da unidade que uma aluna de quatro anos de idade diariamente trazia marcas de maus tratos e dizia que apanhava do pai. Diante do fato, a profissional dirigiu-se à sala de atividade e na companhia da diretora da escola observou a criança, dialogou com a professora sobre as observações desta e orientou sobre as medidas a serem adotadas. De acordo com o ECA, a supervisora educacional deve registrar no Termo de Visita
- (A) que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Diante dos fatos, a direção da escola deve socorrer a criança, encaminhá-la para a área de saúde e comunicar a família, informando que encaminhará para o Conselho Tutelar as informações sobre o ocorrido, solicitando a perda da guarda do menor pelos pais.
 - (B) a comunicação ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, do caso de suspeita ou confirmação dos maus tratos contra a criança. Diante do exposto, a direção deve, comunicar o Conselho Tutelar e, tomar medidas como: socorrer a criança, falar com a mãe e orientar a professora.
 - (C) que todos os membros da sociedade, independente da condição em que nela se insiram, têm o dever de zelar pela criança, que é um ser incapaz. Esta determinação legal concorda com o complô de silêncio e tem como finalidade: inibir, evitar, punir os maus tratos a crianças e adolescentes. A direção deve orientar a professora para registrar a observação no Livro de Ocorrência, para se eximir de responsabilidade, diariamente, e na presença do responsável, logo na entrada. Essa observação deve ser objetiva, neutra e descritiva. De outro lado, a escola não deve fazer inferência sobre o que ocorre na esfera doméstica.
 - (D) um comunicado ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. Diante do exposto, a direção deve tomar medidas como: socorrer a criança, iniciar uma averiguação preliminar para apurar a responsabilidade do educador nos maus tratos e, se confirmada a atitude de violência contra a criança, a penalidade vai da suspensão à exoneração do cargo. A violência doméstica não é da alçada da escola e, no que ocorre em família, prevalece a lei do silêncio, só se tornando público por uma denúncia junto às autoridades policiais, sempre em flagrante delito.
28. A Lei nº 11.689/03 do município de Campinas dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às unidades educacionais públicas municipais e garante a elas
- (A) o direito de tutela, sendo que a autonomia é dos órgãos regionais, que em defesa do servidor gestor deve elaborar o plano de compras, de acordo com a legislação, e encaminhá-los às unidades para sua execução após a devida aprovação do Conselho de Escola seguido de Parecer da Supervisão Escolar.
 - (B) heretonomia de gestão, ou seja, poder de decidir a partir de ordens emanadas pelos órgãos regionais e ratificadas pela Supervisão, para a execução de gastos rotineiros destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino. O repasse dos recursos financeiros é efetuado mensalmente de forma direta às unidades educacionais por meio de depósito em conta corrente específica, aberta em banco oficial em nome da Unidade Executora, mediante a apresentação de Plano de Aplicação de Recursos, devidamente aprovado pela supervisão da referida unidade.
 - (C) autonomia de gestão para o ordenamento e execução de gastos rotineiros destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Declara que o repasse de recursos financeiros será efetuado trimestralmente, de forma direta às Unidades Educacionais, através de depósito em conta corrente

específica, aberta em banco oficial em nome da Unidade Executora, mediante a apresentação de Plano de Aplicação de Recursos, devidamente aprovado pelo Conselho de Escola da Unidade Educacional.

- (D) autonomia de gestão, estabelecendo que a aplicação dos recursos deve estar voltada para o pagamento a qualquer título, a servidores da administração pública federal, estadual e municipal; pagamento de pessoal e encargos sociais; aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes, uniformes, camisetas e outros itens que constituem benefício individual; despesas de qualquer espécie que caracterizem auxílio assistencial, individual ou coletivo; e pagamento de transporte, alimentação e hospedagem de participantes em cursos, congressos e seminários. Toda e qualquer compra precisa antes de sua execução contar com a aprovação do Conselho de Escola e estar inserida no projeto pedagógico da unidade educacional.

29. A Lei nº 6.662/91 do município de Campinas afirma que o Conselho de Escola será um centro permanente de debates de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução dos conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e dos problemas administrativos e pedagógicos que esta enfrenta. Aos Conselhos de Escola **não** compete deliberar sobre

- (A) as diretrizes a serem seguidas e metas a serem alcançadas pela unidade educacional.
- (B) projetos de atendimento integral ao aluno, no campo material, psicopedagógico, social ou de saúde.
- (C) as punições decorrentes da indisciplina ou de falta grave dos docentes e discentes, respeitando o direito de defesa, inclusive a expulsão, na figura da transferência compulsória, de estudante com comportamento inadequado e reincidente, delegando o problema para outra instituição, ou seja, outra escola. Tem o dever de respeitar a Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garantem o direito à educação àqueles que acatam e respeitam as normas e rotinas escolares.
- (D) a organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação: aprovando medidas adotadas pela escola quanto ao atendimento e acomodação da demanda, turno de funcionamento, distribuição de séries e classes por turnos, utilização de espaço físico; fixando critérios para ocupação do prédio escolar e suas instalações, e condições para sua preservação, bem como para cessão a outras atividades que não de ensino, de interesse da comunidade; analisando, aprovando e acompanhando projetos pedagógicos propostos por iniciativa dos professores e especialistas da própria escola para serem nela implantados.

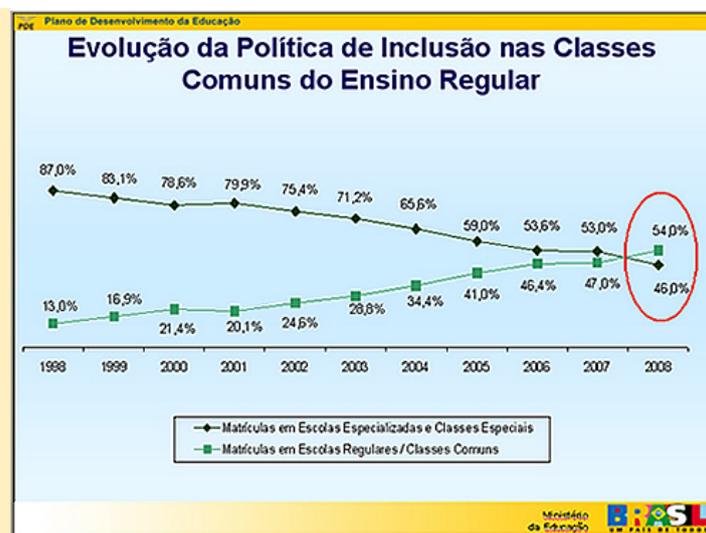
30. A Lei nº 8.869/96 do município de Campinas determina que o Conselho Municipal de Educação exercerá suas funções normativas, deliberativas e de assessoramento ao Sistema Municipal de Ensino, respeitando as diretrizes básicas de educação nacional e estadual, e que as funções normativas e deliberativas de competência do Conselho Estadual de Educação só poderão ser exercidas pelo Conselho Municipal de Educação, mediante prévia delegação de competência, a partir da expressa solicitação do Conselho Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes básicas de educação nacional e estadual. As decisões do Conselho Municipal de Educação serão homologadas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e tomarão a forma de

- (A) Resolução.
- (B) Portaria.
- (C) Comunicado.
- (D) Decreto.

31. A Lei nº 7.145/92 do município de Campinas cria o Conselho das Escolas Municipais da cidade e explicita as suas competências. Assinale a alternativa que apresenta uma destas competências.
- (A) Assessorar a Secretaria de Educação no diagnóstico dos problemas e sugerir medidas para aperfeiçoar o sistema de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades.
 - (B) Estabelecer as diretrizes: para o funcionamento das Escolas Públicas Municipais; para os organismos auxiliares das unidades educacionais; a serem seguidas na utilização dos recursos financeiros próprios da unidade educacional; a serem seguidas e as metas a serem alcançadas pela Rede Municipal de Educação; entre outras.
 - (C) Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem que se desenvolve nas unidades, de forma presencial e não presencial; analisar os documentos escolares e emitir parecer assessorando a tomada de decisão pelas autoridades competentes. Estabelecer um fluxo vertical e reflexivo de informações: unidade-poder, poder-unidade.
 - (D) Analisar as estatísticas da educação municipal, anualmente, oferecendo subsídios ao Secretário de Educação. Analisar os resultados do desempenho escolar dos alunos advindos das avaliações externas e apresentar uma sugestão de plano de ação na busca da sua melhoria. Acompanhar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada unidade e sugerir uma política de distribuição de verbas por desempenho.
32. A Lei nº 6.894/91 do município de Campinas declara que os ocupantes de cargos das classes de especialistas de educação atuarão, conforme suas respectivas especialidades, no Ensino Fundamental, na Educação Infantil e na Educação Especial. Desta forma, são atribuições de um supervisor educacional
- (A) atuar na coordenação do processo de gestão, conjuntamente aos componentes das equipes de trabalho das Unidades Educacionais e da Secretaria Municipal de Educação.
 - (B) atuar na elaboração, coordenação, avaliação dos trabalhos, projetos e grupos de estudos propostos e desenvolvidos pela rede Municipal de Ensino e/ou por outros órgãos educacionais públicos; e/ou atuar no assessoramento aos orientadores pedagógicos para o desenvolvimento do seu trabalho nas Unidades Educacionais.
 - (C) realizar o assessoramento pedagógico aos componentes das equipes de trabalho. Participar da elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Pedagógico. Atuar na integração com a comunidade das Unidades Educacionais e dos demais locais de trabalho educacional. Substituir os coordenadores pedagógicos nas suas ausências e impedimentos.
 - (D) atuar no acompanhamento, assessoramento, avaliação e pesquisa do processo administrativo/pedagógico das Unidades Educacionais, integrado às equipes de trabalho, sendo responsável pela orientação delas, de acordo com a política educacional e legislação em vigor. Atuar também na elaboração das normas e procedimentos legais necessários ao cumprimento da legislação em vigor.
33. A gestão escolar e, conseqüentemente, a atuação e formação do gestor enfrentam grandes desafios e mudanças. Uma nova educação está sendo construída no interior das escolas. Produzem-se novos conhecimentos sobre o aprender e sobre a sala de aula, assim como também há avanços teóricos e práticos na área da administração educacional, compreendendo a política, o planejamento, a gestão e a avaliação da educação. Cabe ressaltar que a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio, e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos. Com esta demanda, o sentido de educação e de escola se torna mais complexo e requer cuidados especiais. O aluno não aprende apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. Frente a tantas mudanças, surge um novo conceito de gestão, superador do enfoque limitado de administração. Desta forma, assinale a alternativa que **não** expressa as necessidades desta nova concepção de gestão escolar.

- (A) A gestão constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais globalmente, e se busca abranger, pela visão estratégica e de conjunto, bem como pelas ações interligadas, como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam de modo interdependente.
- (B) A gestão escolar deve buscar soluções típicas, localizadas e restritas. O diretor é tutelado pelos órgãos centrais, seu papel, neste contexto, é o de guardião e gerente de operações estabelecidas em órgãos centrais. Seu trabalho constitui-se, sobretudo, em repassar informações, controlar, supervisionar, dirigir o fazer escolar, de acordo com as normas propostas pelo sistema de ensino. É considerado bom diretor quem cumpre essas obrigações plenamente, de modo a garantir que a escola não se distancie do estabelecido em âmbito central ou em hierarquia superior.
- (C) A nova gestão escolar entende a realização de objetivos avançados, de acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômica e cultural, mediante a dinamização da competência humana, sinergicamente organizada. Compete à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, de modo que sejam orientadas para resultados, isto é, um modo de ser e de fazer caracterizado por ações conjuntas, associadas e articuladas.
- (D) A gestão constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Observe a imagem abaixo para responder à questão 34.



MEC

34. O gráfico acima aponta um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. Hoje, estão em classes comuns estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Tal situação aumenta a diversidade das salas de aula e exige uma mudança de paradigma de organização e funcionamento da unidade rumo a uma sociedade mais justa, humana e democrática. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que todos tenham os mesmos

resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender de modo próprio, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não. O foco da educação inclusiva deve ser

- (A) as deficiências que geram diferenças. Inclusão é estar junto, aglutinar até em sala de aula com pessoas diferentes.
- (B) o conserto da deficiência. Só há inclusão quando os diferentes aceitam a ordem estabelecida.
- (C) as diferenças, e não as deficiências. Inclusão é estar com o outro, é interagir com ele.
- (D) a deficiência que impede que o aluno atenda ao perfil idealizado de aluno. Para tal, há a necessidade de adaptações culturais da escola “segregadora”.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, transcrito com pequenas alterações para esta avaliação, para responder às questões de 35 a 39. Trata-se de um ofício que pode ser encontrado no site oficial do MEC.

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Ofício nº 665/2009-MEC/SE/SAA

Brasília, 28 de abril de 2009

Aos Dirigentes de Recursos Humanos das IFE vinculadas ao Ministério da Educação

Assunto: Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, de servidores oriundos de IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.

Cumprindo as determinações constantes do art. nº 329, § 1º, da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União deverão proceder ao enquadramento dos mesmos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão instituída nos termos do art. 19 da Lei nº 11.091/2005, que deverá ser reconstituída com essa finalidade específica.

O prazo máximo para o enquadramento será de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Lei nº 11.097/2009, ou seja, até o dia 02.05.2009, mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores possuam.

Para tanto, caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor:

1 – certidão que comprove o tempo de serviço público federal do servidor;

2 – certificado(s) ou diploma(s) de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que o servidor é titular, para fins de concessão do Incentivo à Qualificação;

3 – certificados de cursos de capacitação, para efeito de enquadramento no nível de capacitação correspondente;

4 – especificação do ambiente organizacional de atuação do servidor, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.

De posse desses dados, as Comissões promoverão o enquadramento dos servidores, considerando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.091/2005, conforme aplicados originalmente para os demais servidores da IFE.

Uma vez publicado o ato de enquadramento, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.

Atenciosamente,

Joaquim Maria Machado de Assis

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas/MEC

35. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No fragmento: “de servidores **oriundos de** IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.”, retirado do trecho referente ao “Assunto”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “lotados em”.
 - (B) No primeiro parágrafo, no trecho: “Cumprindo as determinações **constantes** do art. nº 329”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “contínuas”.
 - (C) O trecho “as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União”, do primeiro parágrafo, permite inferir que nem todas as IFE tiveram servidores redistribuídos para a AGU.
 - (D) No trecho: “deverão **proceder ao** enquadramento dos mesmos”, do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “provir de”.

36. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No primeiro parágrafo do texto, no trecho: “deverão proceder ao enquadramento **dos mesmos** no Plano de Carreira”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “destes”.
 - (B) A última oração do primeiro parágrafo, “de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “de que se trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”.
 - (C) A primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Se promoverá o enquadramento dos servidores em cada IFE”.
 - (D) Na primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão **instituída nos termos do art. 19**”, o autor deveria ter utilizado uma vírgula antes do trecho destacado.
37. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Na última oração do segundo parágrafo: “que deverá ser reconstituída com **essa finalidade específica**.”, o trecho destacado refere-se ao enquadramento das IFE no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
 - (B) A recorrência do substantivo “enquadramento” nos três primeiros parágrafos permite afirmar que a repetição é recurso fundamental de coesão textual, com a finalidade de garantir a clareza do texto.
 - (C) No trecho: “mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e **no** nível de capacitação”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “o”.
 - (D) No trecho: “no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores **possuam**.”, do final do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “possuem”.
38. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no período: “**caberá** à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, a forma verbal destacada é transitiva direta e indireta.
 - (B) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, as duas ocorrências do acento grave são facultativas.
 - (C) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU **encaminhar** à Instituição”, os complementos diretos da forma verbal destacada são os termos enumerados de 1 a 4 no texto.
 - (D) No item 2, a expressão “em nível superior ao exigido” pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “a nível de ensino superior exigido”.

39. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao final dos itens de 1 a 3, as ocorrências do ponto e vírgula poderiam ser substituídas, sem que ocorresse erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, por pontos finais, desde que fossem feitos os devidos ajustes nas letras minúsculas dos vocábulos que iniciam cada um dos itens.
- (B) O trecho “para fins de concessão do Incentivo à Qualificação”, retirado do item 2, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, da seguinte maneira: “para concessão do Incentivo à Qualificação”.
- (C) No trecho: “**Uma vez publicado o ato de enquadramento**, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos”, do último parágrafo, o termo destacado tem valor causal, e pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “Uma vez que foi publicado o ato de enquadramento”.
- (D) No trecho: “caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.”, do último parágrafo, é proibida a supressão do acento grave no termo destacado, devido à regência nominal e ao uso do artigo definido em expressão que contém pronome possessivo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 40 a 44.

Os desmandos do ensino apostilado

Em 2005 e 2006, circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista (129 dos 645 municípios já aderiram), é a terceirização pedagógica, por meio da aquisição de “kits de ensino” oferecidos pelos sistemas privados. O pacote é composto por apostilas para alunos, treinamento para os professores e, sobretudo, promessa de maior controle dos resultados para os gestores.

Não se trata aqui de subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública ante o apelo implacável da privatização educacional (agora desde o interior das salas de aula), mas de moderar o afã em torno da prática do apostilamento.

Idealizado como corretivo tanto para a malemolência docente quanto para a dispersão discente, o ensino apostilado propõe-se a disciplinar e normatizar os usos e costumes de sala de aula, imprimindo-lhes um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento, este cativo da interrogação (às vezes, da refração), jamais da reiteração compulsória.

A título de maximização dos percursos programáticos, a logística do ensino apostilado é a do estresse calculado, via compactação e compartimentalização dos informes conteudistas, cuja difusão se dá a toque de caixa, geralmente na forma de resumos, esquemas, sínteses. Envoltos pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos arremedam as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas, embaralhando-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito.

Nada mais avesso aos ditames pedagógicos contemporâneos, segundo os quais as relações com o saber, se significativas, deveriam portar um caráter edificante, jamais imitativo. Em outros termos, perplexidade e conflito mais do que esclarecimento e harmonização. Para tanto, ensinar poucas coisas para ensiná-las bem – eis o que até o mais ralo bom senso sabe de antemão. Por que, então, insistir no oposto?

Quanto à profissionalidade docente, o resultado é um só: a supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação. Seus, agora, executores enfileiram-se de acordo com um modelo

homogêneo de conduta que deveria ser acatado sem pestanejar, sob pena de provarem o fardo do desvio e, no limite, do expurgo. Anuência imposta, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo – sobretudo aqueles em início de carreira, portadores das feições ideais para a empreitada, estas já carcomidas entre os que têm mais tempo de estrada e são menos porosos às antigas novidades que o ensino apostilado decreta.

Hesitações discentes abafadas, dissonâncias docentes caladas, a autonomia de ambos eclipsada: eis o saldo ético-político do ensino apostilado, um dos símbolos magnos dos tempos neoconservadores que rondam as práticas pedagógicas anuais.

AQUINO, Julio Groppa. “Os desmandos do ensino apostilado”. In: **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

40. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) O trecho “circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido: “circulou notícias dando conta que a última onda no ensino fundamental público, principalmente o paulista”.
 - (B) A expressão “terceirização pedagógica”, do primeiro parágrafo, abre uma cadeia de sentido de importância fundamental no texto – também expressa nos termos “privatização educacional”, do segundo parágrafo; “ritmo cadenciado, aligeirado, fabril”, do terceiro; “a toque de caixa”, do quarto; “esclarecimento e harmonização”, do quinto; “executores” e “empreitada”, do sexto; e “saldo”, do último.
 - (C) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a preeminência do ensino apostilado sobre outros métodos de terceirização pedagógica, no âmbito da rede pública, que se aproveitou das conquistas do ensino privado, foi conquistada devido à clareza com que as apostilas para os alunos e o treinamento para os professores permitiram que os gestores do ensino público aferissem e controlassem os resultados obtidos.
 - (D) No trecho: “**Não se trata aqui de** subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública **ante** o apelo implacável”, do segundo parágrafo, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Não se deve aqui” e “frente a”.
41. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No trecho: “Não se trata aqui de **subscrever**, mais uma vez, o atestado de impotência”, do segundo parágrafo, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “enjeitar”.
 - (B) No trecho: “mas de moderar **o afã** em torno da prática do apostilamento.”, do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a displicência”.
 - (C) No trecho: “o ensino apostilado propõe-se **a disciplinar e normatizar** os usos e costumes de sala de aula”, do terceiro parágrafo, o fragmento destacado pode ser reescrito, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a disciplinar e a normatizar”.

- (D) No fragmento: “imprimindo-**lhes** um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, do terceiro parágrafo, o pronome destacado refere-se aos termos antecedentes “a malemolência docente” e “dispersão discente”.
42. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No terceiro parágrafo, no trecho: “**de modo que** não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a fim de que”.
- (B) Segundo o ponto de vista defendido ao longo do texto, o motivo pelo qual o material apostilado é eficiente, no que diz respeito ao controle dos resultados, é a substituição dos trabalhos de natureza vaga e morosa pela habilidade da reiteração.
- (C) É possível a inferência de que as expressões “vago e moroso”, na perspectiva dos defensores do material apostilado, representam a ineficiência do sistema de ensino que prescinde da terceirização pedagógica, manifestada na expressão “kits de ensino” do sistema privado.
- (D) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a ineficiência do material apostilado está baseada em trabalho vago e moroso, que se perde em interrogações e refrações desnecessárias, desviando-se da reiteração compulsória.
43. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no trecho: “**Envoltos** pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos **arremedam** as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas”, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Cercados” e “imitam caricaturalmente”.
- (B) Os termos “perplexidade e conflito” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, aos termos “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas”, do quarto, que se embaralham “numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito”.
- (C) Os termos “esclarecimento e harmonização” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” do professor, explicada no sexto parágrafo.
- (D) Segundo o ponto de vista defendido pelo autor do texto, “ensinar poucas coisas para ensiná-las bem”, expressão extraída do quinto parágrafo, é frase característica do senso comum, ralo, expresso nos chamados “ditames pedagógicos contemporâneos”, de caráter imitativo. A insistência no oposto desses ditames corresponde ao modelo de “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas” (expressão do quarto parágrafo).
44. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No penúltimo parágrafo, no trecho: “**Anuência imposta**, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo”, o termo destacado tem valor causal e pode ser substituído, sem erro gramatical ou alteração de sentido, por “Desabono imposto”.
- (B) Segundo as afirmações do penúltimo parágrafo, é possível afirmar que os professores que “têm mais tempo de estrada” são mais afeitos ao ensino apostilado e aos ditames pedagógicos contemporâneos.

- (C) É possível a inferência de que, para professores que fogem à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” (expressão do penúltimo parágrafo), ocasionada pelos materiais apostilados, uma consequência possível é a demissão.
- (D) Os termos “antigas novidades”, retirado do penúltimo parágrafo e “neoconservadores”, retirado do último parágrafo, contêm antítese que pode ser considerada a síntese do ponto de vista do autor a respeito do material apostilado: ele encerra em si as máximas da interrogação e da refração, portadoras de caráter edificante.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o trecho abaixo para responder à questão 45.

Nascer é penetrar na condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito, inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

Bernard Charlot. Adaptado.

45. Nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender para

- (A) desabrochar, tornar-se plenamente um sujeito. Mas não é possível falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Ninguém desabrocha no abstrato, pois o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.
- (B) construir a consciência individual. A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento, que balizam a conduta do indivíduo em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.
- (C) formar consciência individual. Em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles é individual. Tal porção do sujeito, o jovem bruto, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem é a principal função da educação. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentam construir nos estudantes os valores e a moral. O outro lado do indivíduo é algo formado por um sistema de ideias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte. A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta.
- (D) se constituir em um triplo processo: de hominização – tornar-se homem –; de singularização – tornar-se um exemplar único de homem –; de socialização – tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, no qual se questiona “quem sou, quem é o mundo, quem são os outros”. Diante disto, na escola, é necessário ensinar com significado para mobilizar os alunos.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 46.

A educação para a humanização é, para todos nós que estamos trabalhando no campo da Educação Emancipatória, o princípio ético, a determinação política, a utopia estética e o horizonte institucional. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de mútua determinação e radicais lutas de professores transformadores. Enquanto processo é ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, para a promoção de um mundo mais justo e humano. Enquanto produto é o espaço novo da educação do homem ativo, que aprendeu a viver junto com seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura à economia.

Cesar Nunes.

Educação: humanização e relações de poder. IN: Revista Apase/2005. Adaptado.

46. No campo da Filosofia e da Antropologia Filosófica, hominização e humanização significam, respectivamente,
- (A) a produção da condição humana, o fazer-se homem, seja como processo cultural e grupal, seja como sujeito e subjetividade/ desenvolvimento cultural da espécie e a ação do homem a partir de sua natureza e identidade, sobre a natureza, a sociedade, a civilização, o mundo externo; a humanização da educação e da escola passa pela construção de uma nova cultura, baseada em parâmetros éticos e estéticos emancipatórios. Educar para pensar e sentir.
 - (B) elevar à altura do homem (uma doutrina), tornar-se mais humano, mais sociável, civilizar-se/ um conjunto complexo que proporcionou a evolução dos primatas ao homem. Educar, hoje, é transmitir os valores construídos pela sociedade humana.
 - (C) tornar-se sensível e caridoso; compadecer-se/ o processo pelo qual os antropoides se tornaram homens; a fim de estudar o processo explicativo de tudo o que faz do homem um animal específico, toma-se como ponto de partida o nascimento da humanidade ou a origem da cultura. Educar é inserir o homem na cultura humana.
 - (D) enfatizar a ética e o relacionamento interpessoal; reconhecer o ser humano como foco principal e riqueza de uma sociedade/ a passagem de animal para homem; é necessária a resignificação da prática pedagógica e dos conhecimentos elaborados e reelaborados na escola, uma vez que a ponte do investimento educacional é o pleno desenvolvimento humano, como determina a legislação.
47. Um supervisor de educação, atuando em um órgão regional da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabelece que compete à supervisão orientar, acompanhar e analisar o processo de constituição anual do Conselho de Escola, ao analisar o anexo do Projeto Educacional que descreve a composição da Conselho de Escola, deparou-se com a seguinte descrição:

Conselho de Escola da Escola Municipal Brasil

Presidente: Diretor de Escola – membro nato

Trabalhadores da educação: 10 (dez).

Pais: 5 (cinco).

Alunos: 3 (três).

Total: 19 (dezenove), incluído o membro nato.

Diante da composição apresentada, o supervisor educacional, com base na Lei Orgânica do Município de Campinas de 30/03/1990, deve elaborar um parecer

- (A) pela homologação, sendo que a homologação é de competência do Dirigente Regional, por atender à legislação. A Lei determina que os Conselhos de escola sejam compostos por alunos, pais, trabalhadores da educação, sendo que os últimos sempre serão maioria, e que a presidência deste órgão colegiado é exercida pela Direção da Escola, como membro nato e com direito de voto de desempate.
- (B) que devolve o documento para a escola, solicitando a reelaboração do processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por alunos, pais e trabalhadores em Educação, que elegerão a presidência.
- (C) que homologa o documento, pois atende à legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos por alunos, pais e trabalhadores em Educação, tendo como membro nato a gestão da unidade. Os segmentos que compõem o Conselho têm proporções desiguais em função da idade das crianças e da falta de competência técnica de alguns pais.
- (D) que devolve o documento para a escola, solicitando que reelabore o processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por pais e trabalhadores em Educação, sendo que a presidência é exercida pela direção da escola, um membro nato.

48. Durante uma reunião, um supervisor educacional e um professor da rede municipal da cidade de Campinas conversavam sobre todos os propósitos do Sistema Municipal de Ensino, estabelecidos pela Lei nº 12.501/06. Desta forma, certamente os dois profissionais debateram sobre uma destas finalidades, que é

- (A) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos nas Unidades Educacionais de Educação Infantil às crianças de 3 meses até 7 anos, tendo como objetivo garantir os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social, suprimindo a ação da família e da comunidade.
- (B) garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
- (C) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem, exclusivamente, a todos os educandos que completarem 7 anos.
- (D) garantir a participação de docentes e discentes na formulação de políticas e diretrizes para a educação do município, e dos pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal apenas na gestão e controle social dos recursos financeiros e materiais do ensino público e privado, repassados pelo Poder Público.

49. Em fevereiro de 2012, representantes dos movimentos sociais do campo reuniram-se em audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para apresentação da última versão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O encontro foi uma iniciativa do gabinete e assessoria do ministro e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade (DPECAD). Na ocasião, Aloizio Mercadante informou que ele e a Presidente Dilma pretendem fazer o lançamento do PRONACAMPO no mês de março. O ponto de partida deste evento é a percepção de que existe no Brasil, em processo de construção, um movimento nacional em torno da questão da Educação do Campo. Tal ato e política reconhecem

- (A) a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.

- (B) a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial, como necessariamente hegemônica.
- (C) o direito à igualdade e ao igualitarismo sem distinção do tipo campo-cidade e da produção da existência. A educação escolar é em si um processo universal e se não for desenvolvido do mesmo modo em todos os lugares e para todos, provoca desigualdade.
- (D) a visão urbanocêntrica excludente do campo como a que embasa as políticas educacionais brasileiras.

50. Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. Em Campinas, ela é definida pela Lei Municipal nº 12.987/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal. Os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do quadro do Magistério Público podem evoluir dentro da sua carreira por meio da progressão vertical e da progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho, que tem a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de Evolução Funcional. É consensual a consideração de que o desempenho profissional dos professores, como o de outros profissionais, deve ser sujeito a avaliações sistemáticas capazes de diagnosticar o estágio em que se encontram e, ao mesmo tempo, disponibilizar informação para orientar processos de desenvolvimento. Diante disso e do dispositivo legal, a avaliação de desempenho

- (A) é um ato momentâneo, que não envolve um processo de observação, descrição, análise, acompanhamento da atuação do funcionário e a interpretação de sua atividade profissional na tomada de decisões relativas ao servidor, de ordem formativa, administrativa, salarial, ou outras. Trata-se de uma avaliação quantitativa, classificatória. É um instrumento do planejamento público.
- (B) permite afirmar que não há progressão automática entre professores. Como a sua aplicação enfrenta momentos difíceis, conflituosos e turbulentos, há a prevalência da opinião da gestão imediata, gerando uma diferenciação extremamente imobilizadora entre os professores. Independente das ações e da vontade do avaliador, o processo se transforma em um exercício de ansiedade, conflituosidade e em um campo de disputa técnica centrada na discussão sobre os meios, os instrumentos e sobre quem deve construí-los.
- (C) é uma política governamental que visa a maximizar o desempenho do servidor. É uma medida que afirma que o professor vale o que desempenha. No caso específico do professor na escola, tal como determina a legislação, a avaliação permite que ele descreva, interprete e reflita sobre a sua prática. Ou seja, trata-se de uma avaliação formativa no sentido pleno, capaz de sugerir planos de ação individual e/ou coletivo, susceptíveis de levar cada professor, no quadro do seu contexto de trabalho, ao máximo desempenho possível, e isso é sinônimo de melhoria contínua das aprendizagens dos alunos.
- (D) deve ser uma atividade de reflexão-ação sobre a distância entre o desejado e o executado, que, se bem conduzida, pode ser benéfica para ao avaliado, o avaliador e a instituição. Para tal, é necessária a participação dos servidores na definição dos objetivos, das metas da instituição, dos planos de trabalho e de ação. Não se resume no momento da avaliação em si, envolve observação, registro, análise, interpretação e acompanhamento da atuação do servidor. Não é aceitável que a avaliação de desempenho seja feita sem acautelar questões éticas basilares.